



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA nº 12/12

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 2012

Aos três dias do mês de Outubro do ano dois mil e doze, pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniram a Assembleia Municipal do Barreiro, *com a seguinte agenda:*

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara de " Atribuição de despesas de representação.

3.8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara de " Delegação de competências da CMB no seu Presidente para a realização de compromissos plurianuais, relativos a despesas de funcionamento de carácter repetitivo e continuado"

3.9 - Apreciação e votação da proposta da Câmara de " Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a cobrar no ano 2013.

3.10 Apreciação e votação da proposta da Câmara de " Derrama sobre o lucro tributável em 2012, a cobrar em 2013.

3.11 Apreciação e votação da proposta da Câmara de " Adesão ao PAEL de acordo com a lei 43/12 de 28 de Agosto"

Executivo Camarário esteve representado pelo Sr. Presidente e senhores vereadores: Sofia Martins, Regina Janeiro, Rui Lopo, Carlos Moreira, Nuno Banza, Santa Clara, Fernando Antunes, e Zélia Silva

A Mesa era composta pelo Sr. Presidente Frederico Pereira, Primeira Secretária Fernanda Moreno, Segundo Secretário Victor Santos.

O **Senhor Presidente da Mesa** da Assembleia abriu os trabalhos informando o plenário relativamente à composição da Assembleia Municipal em matéria de pedidos de substituição ao abrigo do artigo 78º da lei 169/99 de 18 de Setembro, revista pela lei 5/A /2002 de 11 de Janeiro.

Pediram substituição os senhores deputados municipais:

Filipe Marques Substituído por Paulo Faleiro

Paulo Faleiro - Substituído por Mendes Ferreira

Sara Ferreira – Substituído por Luís Pedro

Sara Seruca – Substituído por Fernando Ó



Não havendo proposta de alteração às atas nº 5,6,7,8 e 9, o Presidente da Assembleia colocou cada uma delas à votação tendo sido todas **aprovadas por unanimidade**.

Verificada que foi a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião pelas 21 horas, registando-se 35 presenças

3. Período da ordem do dia

Com a concordância do Plenário da Assembleia Municipal o Sr. Vereador Carlos Moreira apresentou conjuntamente os pontos 3.7 e 3.8.

3.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara de " Atribuição de despesas de representação.

O Sr. Vereador Carlos Moreira fez a apresentação do documento, justificando a razão da proposta em apreço.

Colocada à votação a **proposta foi aprovada por unanimidade**.

3.8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara de " Delegação de competências da CMB no seu Presidente para a realização de compromissos plurianuais, relativos a despesas de funcionamento de carácter repetitivo e continuado"

O Sr. Vereador Carlos Moreira fez a apresentação do documento, justificando a razão da proposta em apreço.

Colocada à votação a **proposta foi aprovada por unanimidade**.

3.9 - Apreciação e votação da proposta da Câmara de " Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a cobrar no ano 2013.

Com a concordância do plenário da assembleia Municipal o Sr. Vereador Carlos Moreira apresentou os pontos 3.9 e 3.10, salientando que a política do município em relação a essas taxas, se mantém em relação ao ano 2011.

Foi apresentada, pelo BE, uma recomendação que se anexa à acta como documento "1" que foi aceite para discussão e deliberação.

Bruno Vitorino – Manifesta a sua discordância relativamente à aceitação da recomendação por não se enquadrar no ponto em discussão.

Havendo consenso das outras forças políticas, com excepção do BE o documento foi retirado.

Isidro Heitor – Faz uma Sugestão à autarquia: Proceda em relação ao IMI como fez com a Derrama, isto é, fazendo um histórico da cobrança. Considera que a apresentação foi pobre para um imposto directo que tem um impacto importante na vida dos barreirenses, recordando a anulação da cláusula de salvaguarda para o ano 2013, comunicada pelo Ministro das Finanças. O PS viabiliza a proposta mas valoriza o combate ao desperdício de modo a que uma receita do município tenha reflexos positivos na vida dos Barreirenses.

A posição do PS resulta do compromisso do impacto directo na vida dos munícipes e, por outro lado, a necessidade da receita da autarquia.



Rui Ferrugem – Fez a leitura da acta da reunião da Comissão de Administração e Finanças realizada no passado dia 1 de Outubro (apenso à acta como anexo 2).

Reconhece que a proposta não contém qualquer quantificação como foi notado pelo deputado Isidro Heitor. Recorda que 5% do valor cobrado não é receita do município visto derivar das avaliações., que no Barreiro estão muito adiantadas. Manifesta o receio de um aumento do incumprimento dada à degradação da situação financeira das famílias,

Humberto Candeias – Lamenta o curto tempo disponibilizado para a apreciação dos documentos e a respectiva preparação dos deputados. Considera que o IMI é um imposto muito injusto porque incide sobre a habitação, habitação própria a que os portugueses acederam por necessidade. Defende repartição do imposto pelos bancos já que, na maioria dos casos, essas entidades são também proprietários dos imóveis sobre os quais há empréstimos. Solicita informação, por parte do executivo, sobre estudos realizados em relação à uma diminuição da taxa do IMI, face ao aumento da receita a arrecadar pela cobrança do IMI.

Hugo Cruz - Considera que a discussão deste imposto é muito importante e lamenta, tal como dois deputados anteriores, a ausência de quantificação, isto é, ausência de dados históricos. Coloca a questão: qual a expectativa do grau de execução da receita do IMI em 2012? Considera que a cobrança carece de acompanhamento dado o aumento da receita que se tem vindo a verificar. Pede dados em relação às majorações e às minorações para analisar o sentido real e o seu impacto.

Isidro Heitor – Alguns municípios já colocaram acções contra o Estado por discordância nas avaliações realizadas. Qual a atitude do Município do Barreiro em relação a esta questão? Solicita reflexos quantitativos nas majorações e minorações para o município

Vereador Carlos Moreira – No fim do ano de 2012 a autarquia vai receber um pouco menos que em 2011, atendendo ao montante retido pelo Estado. O Município realizou estudos sobre a receita do IMI e isso determinou a taxa proposta. Minorações e majorações – total de isenção 13% majoração 4.54%. Não tem conhecimento dos valores envolvidos mas, considera serem baixos. A autarquia accionou a previdência cautelar relativa à avaliação de prédios.

Humberto Candeias:- Intervém reafirmando a necessidade da apresentação dos estudos que sustentam a proposta da Câmara e isso não foi feito pelo Vereador. Considera que um município de esquerda tem de ter posições que facilitem a vida dos seus cidadãos, nomeadamente num período difícil em que ocorre um excesso de impostos cobrados pelo governo central.

Joaquim Matias -Considera que a decisão da transferência da antiga contribuição predial para os municípios foi incorrecta, defendendo que as receitas dos municípios deveriam resultar de uma parte de todos os impostos cobrados. Lembra que a um aumento na cobrança do IMI corresponde um acréscimo nas despesas da autarquia pela exigência de serviços prestados que acarreta.

Bruno Vitorino – Nas avaliações dos prédios vai ou não haver alargamento da base tributável para os prédios devolutos ou em ruínas?



Vereador Carlos Moreira – Reafirma que não se regista aumento do IMI. As finanças vão reavaliar os prédios devolutos ou em ruínas.

Bruno Vitorino Manifesta a sua preocupação em relação aos resultados que a cobrança que resultará da avaliação de prédios devolutos/ degradados poderá ter nos seus proprietários. Considera que Autarquia tem margem de manobra para adequar a taxa à realidade que irá decorrer do alargamento da base tributável.

Paulo de Deus – Recorda que as alterações à lei de que resultou o IMI foram proposta por um governo do PSD e a anulação da cláusula de salvaguarda foi hoje anunciada pelo Ministro da Finanças do Governo PSD/CDS. Apela à honestidade intelectual.

Bruno Vitorino – Usa da palavra como protesto em relação ao deputado anterior, considerando que a bancada da CDU espera que as outras forças já não tenham tempo para fazer intervenções que considerou provocatórias. Esclarece as posições do PSD em relação às majorações/minorações, e relativamente a retirada da cláusula de salvaguarda do IMI respondeu que essa matéria da retirada da clausula de salvaguarda do IMI não era uma matéria fechada e que acredita que a mesma seja retirada.

Votação: A proposta da Câmara foi aprovado por maioria, com 30 votos a favor da (CDU e PS), 2 votos contra do BE e 3 abstenções do PSD.

Humberto Candeias fez declaração de voto (apenso à acta como anexo 3)

3.10 Apreciação e votação da proposta da Câmara de “ Derrama sobre o lucro tributável em 2012, a cobrar em 2013.

O Sr. **Vereador Carlos Moreira** fez a apresentação do documento, justificando a razão da proposta em apreço.

Isidro Heitor – Intervenção em que valoriza a captação de investimento de modo a promover o desenvolvimento económico que considera depender de factores que não os valores da Taxa de derrama. Solicita dados quantitativos resultantes do critério de isenção da derrama que se aplicou em 2012 continua na proposta para o ano 2013.

Rui Ferrugem – Intervenção de defesa da proposta e de concordância com o deputado anterior da não influência da derrama no desenvolvimento do tecido empresarial.

Hugo Cruz – Defende que a taxa da derrama integrada num conjunto de factores que envolvessem uma estratégia para o desenvolvimento económico do Barreiro, teria também um papel que seria de considerar. Recorda que o IMI e a derrama são taxas fixadas pelas autarquias e que o executivo não pode declinar a sua responsabilidade nessa área. Relativamente às isenções para os pequenos negócios resultou de feita, em tempos pelo PSD que o Executivo salvaguardou. Estes mecanismos devem ser integrados em estratégias existentes, isto é numa ideia integrada para captar investimento. Conclui que mas se conseguir alargar a nossa base empresarial, com ou sem crise, as receitas do município serão sempre maiores.



Humberto Candeias – Adianta que em tempos foi aprovada uma proposta apresentada pelo BE relativamente a um estudo dessa diferenciação para se analisar as várias alterações na legislação em matéria de taxas das Autarquias. Infelizmente vive-se um período em que o encerramento das empresas são diárias, lógico que se não há empresas, a derrama não tem nenhum efeito em matéria de receitas.

João Pintassilgo – Lamenta que a autarquia não tenha aceite estratégias propostas pelo PS sobre o desenvolvimento económico como por exemplo “Agência de desenvolvimento Local” que se integraria diversos vectores, onde a derrama também seria valorizada.

Rui Ferrugem – Considera que a fixação de taxas de IRC são da responsabilidade do Governo e não aceita as intervenções dos 2 deputados anteriores que colocaram assunto fora do que se está a discutir.

Eduardo Cabrita – Não é admissível que o PC faça juízos morais sobre a relevância dos temas a discutir. Considera que a Assembleia Municipal deve tomar posição sobre os assuntos nacionais que afectem o Barreiro. Considera que o PDM, Agência de desenvolvimento local, vistos em conjunto com a disponibilidade das receitas fiscais têm leituras e práticas diversas nos municípios, contrariamente à visão centralista expressa pelo deputado Joaquim Matias que não valoriza a diferenciação de actuação do poder local.

Joaquim Matias – Quem fez a lei de finanças locais foi o governo PS. Os impostos das autarquias deveriam ser um conjunto alargado de impostos, Em resposta ao deputado anterior recorda que, o PS criou a Sociedade Arco Ribeirinho Sul com um conjunto de figuras do PS, mas não cria a sociedade de intervenção local, abrindo assim a porta para que o actual governo tomasse em relação ao Arco Ribeiro Sul, a posição que tomou criando, criando desta forma todas as condições para as posições que estes estão a assumir.

Eduardo Cabrita – Esclarece que as receitas do município já resultam de percentagem de um “bolo” de impostos. A discussão pode ainda centrar-se nesse “bolo” podem incluir. Em relação ao Arco Ribeirinho considera que as decisões de criação e de extinção da Sociedade foram legitimamente tomadas por governos eleitos e termina concluindo que a CDU fez a sua escolha.

José Paleta – Fez uma intervenção política em que esclarece que também a CDU não aceita ser condicionada nos temas a discutir. Recorda a responsabilidade dos governos na situação actual do povo português e das autarquias.

Bruno Vitorino – manifesta o seu orgulho em fazer parte de um governo que extinguiu a Sociedade Arco Ribeirinho Sul porque defende que se devem acabar com a duplicação de estruturas que levaram a gastos de dinheiros públicos em estudos e projectos. Defende a estratégia proposta para uma agência de desenvolvimento local. Face aos comentários da CDU chama a atenção para a condução dos trabalhos e termina repudiando esses comportamentos.

Passou-se à votação, tendo a proposta da Câmara sido aprovada por unanimidade.

3.11 Apreciação e votação da proposta da Câmara de “ Adesão ao PAEL de acordo com a lei 43/12 de 28 de Agosto



Vereador Carlos Moreira - apresenta a proposta em que salienta que só a contenção de despesas desenvolvidas nos últimos anos pelo município do Barreiro visando um equilíbrio financeiro permite a elaboração do plano presente à Assembleia Municipal. Elogia os trabalhos dos técnicos da autarquia.

João Pintassilgo. - Intervenção apenas à acta como anexo "4"

Bruno Vitorino – A Adesão ao PAEL pela Câmara prova que o PSD tinha razão, quando há tempo chamou a atenção para a existência de dívidas a fornecedores com as consequências desastrosas para todos. Valoriza a orientação que a Câmara tem vindo a desenvolver ultimamente, criticando o atraso nessa implementação que promove o desbarato dos dinheiros públicos. Coloca questões em relação à adesão da autarquia ,em ao anteriores, no programa " pagar a tempo e horas" Sugere que a Câmara não use o limite máximo de tempo para o pagamento do empréstimo (14 anos) dada a situação financeira equilibrada que o Vereador referiu. Quanto ao plano de ajustamento que é proposto, o PSD não concorda, e não concorda porque não foram ouvidos nem envolvidos na sua discussão. Assim, propõe a votação do documento separado ponto por ponto.

Rui Ferrugem - Há uma perda de autonomia do poder local, há uma crescente arrogância do poder central, com legislação (leis dos compromissos. lei dos dirigentes, etc.) que tem vindo a publicitar. Apesar das considerações anteriores aceita que a autarquia do Barreiro aproveite a candidatura ao PAEL para o seu ajustamento financeiro. Apresenta as razões que justificam a discussão, em curto prazo, referido por alguns. Faz de seguida, a análise do plano e considera que as opções prudentes, feitas pela autarquia, são adequadas e realistas. Critica uma passagem da declaração de Voto do eleitos do PS na C.M.B em que se diz que a "Câmara privilegiou o pagamento bancário ao pagamento a fornecedores, esclarecendo que o que aconteceu foi que estes últimos pagamento foi cada vez mais lento. Esta ferramenta, a candidatura ao PAEL, não resolve os problemas estruturais do município, mas atenua a tesouraria e possibilita diminuir a dívida a fornecedores. Considera que esta lei está longe de ser justa para os municípios.

Bruno Vitorino – Pede esclarecimento:" Se a autarquia regularizar a dívida a fornecedores, com base nesta candidatura, não terá no futuro uma situação estruturalmente mais sã"?

Rui Ferrugem – Reafirma a sua análise.

Adolfo Lopo – A continuação do apoio às Juntas de freguesia, que assume que são oito, é um reconhecimento do papel que estas estruturas prestam à população. Considera que a contenção nas despesas que se conseguiu fazer se traduziu num claro prejuízo do serviço prestado pelas freguesias.

Bruno Vitorino – Solícita uma situação concreta em que documento se refere " oito" freguesias?"

Humberto Candeias – Esclarece que o PAEL não é um empréstimo mas, sim um plano de reajustamento semelhante ao da Troika, que constitui um garrote ao poder local, para recorrer a termos utilizado pela CDU. Considera que a aceitação deste documento pela CDU deve resultar de uma situação de grande dificuldade e desespero pela limitação que traz à autonomia do poder local



Isidro Heitor - Intervenção apensa à acta como anexo "5"

Bruno Vitorino – Concorda com grande parte da intervenção do orador anterior mas, com o enquadramento feito não compreende a votação dos vereadores do PS na Câmara. Esclarece os tempos que a Câmara teve para a preparação do documento, contrariando o exposto pelo deputado Rui Ferrugem e volta a pedir esclarecimento se há manutenção da verba para as freguesias e se as freguesias forem reduzidas de 8 para 5?

Paulo de Deus - Desde a criação do poder local até hoje raras vezes as várias leis das finanças locais foram cumpridas recordando as dívidas concretas do poder central às autarquias e no nosso caso, aos transportes colectivos. Recorda ainda as implicações da atribuição de competências aos Municípios sem equivalente transferência de verbas. Estes e outros factores conduzem à situação financeira da Câmara. Defende a adesão ao PAEL para resolver a situação dos pagamentos a fornecedores.

André Pinotes – Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre:- Quando da discussão do assunto em reunião da Câmara, sentiu-se confortável com a proposta do Vereador Nuno Banza, que propunha que os 3 pontos da proposta da Câmara deveriam ser votada separadamente? Tendo em conta esta proposta ter sido recusada e como o deputado Bruno Vitorino se assume, neste órgão, como opositor à proposta da Câmara ., Como pensa O Sr. Presidente da Câmara resolver um assunto desta importância. Para o qual contribui também o facto da CDU e do Sr. Presidente condenaram ferozmente esta lei do Poder Central. Manifesta-se preocupado com a situação financeira da Câmara , que considera terrível para que estejamos perante a uma candidatura desta envergadura. Estas matérias não são meras diferenças de opinião, mas sim estratégias de desenvolvimento para o Barreiro Relativamente à intervenção do Presidente de Junta de Freguesia do Lavradio questiona Sente-se com capacidade de dar resposta a às necessidades de todos os eleitores que o elegeram? Por último tece críticas ao comportamento e à postura do Sr. Vereador Rui Lopo., adiantando que a crise instalada no Barreiro não é motivo de risos.

Nuno Banza- Questiona o orador anterior referindo em que é que se baseou, ou qual a fonte de informação que teve para afirmar : - " que o Vereador Nuno Banza se recusou a votar em conjunto o documento na reunião da Câmara ?"

André Pinotes Usa da palavra reafirmando tudo quanto tinha dito sobre a posição do Vereador Nuno Banza recordando o seu voto de abstenção na votação do PAEL.

Vereador Carlos Moreira Respondendo ao deputado João Pintassilgo afirma que relativamente ao ano 2011 a Câmara teve menos 5 milhões € de receita e menos 2 milhões de € vindos do Poder Central, o que contabiliza-se 7 milhões de € que deveriam ter dado entrada na Tesouraria da Autarquia e que assim não aconteceu. Aonde estão os erros de Gestão do CDU/ PCP? Relativamente à intervenção do deputado Isidro Heitor responde enumerando a data do empréstimo contraídos na gestão PS. Ainda sobre o PAEL, refere que o mesmo não resolve tudo, nem de perto nem de longe, contudo resolve um problema de tesouraria Questiona o deputado Bruno Vitorino – "porque é que o Governo não cumpre a lei de fianças locais É bom referir que a racionalização de despesas prejudica em muito o serviço prestado à população e também pagamento fornecedores. Também não é verdade que o Município do Barreiro esteja numa situação incontrolável, não existem soluções únicas para a resolução dos problemas, isto para concluir que não se coloca a questão " ou PAEL ou nada".. Não é assim. Mais adianta que



o estudo feito é na continuidade das oito freguesias. Quanto ao empréstimo são a 14 anos informa que resultou da análise que este era o melhor cenário.

Pedem esclarecimentos:

João Pintassilgo:- Obras realizadas.

Bruno Vitorino – O que pode ocorrer se houver agregação de freguesias de 8 par 5. Lembra que o plano pode ser reajustado anualmente.

Presidente da Câmara Inicia a sua intervenção recordando a votação das diversas forças políticas na Câmara sobre a matéria em apreço. Refere a justificação do Vereador Nuno Banza para o voto de abstenção. “ Concorda com a candidatura ao PAEL, mas discorda do documento que o suporta, considerando-o de ideologia marxista”. Passando à matéria em discussão justifica a candidatura ao PAEL e clarifica os estudos feitos que determinaram concluir que no prazo de 4 a 5 anos, atingir-se-ia o equilíbrio sem recorrer ao PAEL. Avalia criticamente o PAEL, identificando divergências para concluir o ataque que o mesmo é para o poder local. Enuncia os factores que foram ponderados para levar a autarquia do Barreiro à candidatura agora apresentada. Reafirma a sua posição: pode discordar de uma lei, luta contra a sua implementação, mas quando ela está em vigor cumpre-a. Defende que o PAEL envolve compromissos para 14 anos, logo a sua candidatura só deve concretizar-se se for apoiada por outras forças políticas para além da CDU. Considera que o 2 momentos mais difíceis da sua presidência da Câmara foi quando tomou posse e há cerca de um ano. .A situação agora é difícil, mas é resolúvel mesmo que não haja candidatura ao PAEL enumera valores (receitas, cabimentos, valores em dívida, etc.) durante o presente ano para reafirmar que a autarquia resolveria a situação sem recorrer ao PAEL. Defende, como situação provisional, o aumento de 1 a 2% com encargos com pessoal. Enumera autarquias que se candidataram ao PAEL no País e no Distrito de Setúbal

André Pinotes : Questiona o Sr. Presidente sobre o envolvimento dos eleitos do PS na elaboração e discussão deste documento? Considera coerente que no estudo apresentado as tabelas quantitativas se reportem a datas diferentes?

Presidente da Câmara – Confirma que houve trabalho feito anteriormente a 14 de Setembro, mas o trabalho técnico foi feito depois dessa data e terá deficiência como o caso anteriormente referido das datas. O envolvimento dos eleitos do PS concretizou-se numa reunião como Vereadores que considera diminuto, mas foi o possível. Ainda sobre a intervenção de André Pinotes - esclarece que o seu comportamento político como Presidente da Câmara não é comparável com o que manifestou quando era deputado municipal..

Isidro Heitor : Pergunta ao Presidente da Câmara “ se for só a CDU a votar a proposta da Câmara o Presidente retira o documento”?

Presidente da Câmara – Acha que a CDU não deve votar favoravelmente o documento se todas as forças da oposição votarem contra.

Bruno Vitorino - “ – Fez um ponto de ordem à Mesa” - Relembra a proposta de fazer 3 votações separadas porque PSD não votará a favor “ o Plano de reajustamento” com o qual não concordam, nem foram consultados. Se assim não for considerado lamenta a intervenção do Sr. Presidente da Câmara.



Joaquim Matias – Defende a votação global final mesmo que haja desagregação do documento em 3 votações.

Presidente da Mesa - Esclarece que estamos a discutir o Plano e a autorização do empréstimo porque sem isso não há adesão. Deverá haver uma só votação.

Eduardo Cabrita – O fundamental é discutir a matéria que nos trouxe hoje aqui. Que é a questão mais decisiva com que fomos confrontados neste mandato. O Presidente da Câmara pode valorizar os momentos que foram mais difíceis no seu desempenho como Presidente da autarquia mas o que é verdade é que está num momento decisivo face às circunstâncias do País. e em particular do Barreiro. Esta lei foi acordada pelo Sr. Ministro Miguel Relvas e o Presidente da Associação Nacional de Municípios, sem a concordância do Conselho Geral da ANMP e tinha inscrito a obrigatoriedade do município prescindir de direitos legais, como a Providência Cautelar. Isto não está na lei, não está na portaria mas está no acordo político celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios. O Sr. Presidente da Câmara terá de escolher a sua posição face ao PAEL e o PS, não se deixando condicionar nem aceitando chantagem, decidirá o sentido da sua votação na base que entende mais adequada para o Barreiro. Concorda que ocorram 3 votações porque foi proposto por uma das bancadas e é um direito dos grupos municipais.

Bruno Vitorino Qual é a diferença entre a votação global e a votação ponto por ponto?

Joaquim Matias – Defende a votação global e justifica as razões

Presidente da Câmara Defende a votação global

Humberto Candeias - Defende a posição de voto no global

Requerimento, subscrito pelo PS e PSD, defendendo a votação ponto por ponto, rejeitado por maioria com 22 votos contra da CDU e BE, e 13 votos a favor do PS e PSD.

Passou-se à votação do Documento “Adesão ao PAEL” - Aprovado por maioria com 30 votos a favor da CDU e PS, 2 votos contra do BE e 2 abstenções do PSD

Declarações de voto:

João Pintassilgo – Apensa à ata como anexo 6

José Paleta – Apensa à ata como anexo 7

Hugo Cruz Apensa à ata como anexo 8

Humberto Candeias - Apensa à ata como anexo 9

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos pelas 02h30m do dia 4 de Outubro de dois mil e doze, constando a gravação áudio desta sessão arquivados nos serviços da Assembleia Municipal.



APROVAÇÃO DA ATA

PARA CONSTAR E PRODUZIR OS SEUS EFEITOS LEGAIS, SE
LAVROU A PRESENTE ACTA, QUE, APÓS ANALISADA, FOI
APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA EM 4
DE OUTUBRO DE 2012, E VAI SER ASSINADA POR MIM ROSA
MARIA DE JESUS RIBEIRO, *Maria Ribeiro* TÉCNICA DE
SECRETARIADO QUE A LAVREI E PELO SENHOR PRESIDENTE DA
ASSEMBLEIA. FREDERICO PEREIRA *Frederico F. Pereira*

Conforme o original

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico F. Pereira

